



**Ao Juízo da 2ª. Vara Cível da Comarca Regional da Pavuna - RJ**

**Processo:** 0015196-90.2019.8.19.0211

**Ação:** Revisão Contratual/Repetição do Indébito c/c Danos Morais

**Autor:** Katia da Cunha Araújo

**Réu:** Banco Daycoval S/A

**LENIMARA KELMER DA SILVA**, Contadora, Perita nomeada por este juízo no processo supracitado, vem respeitosamente apresentar a V. Exª., a conclusão de seu trabalho, e requerer o que segue:

- 1) Juntada do Laudo Pericial aos autos, para os devidos efeitos legais;
- 2) Expedição de Mandado de Pagamento para o levantamento da Ajuda de Custo, nos termos da Resolução nº. 02/2018 do Egrégio Conselho da Magistratura.

Nestes termos,  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2022.

**Lenimara Kelmer da Silva**

Perita Judicial TJRJ nº. 11.660  
Contadora CRC 119781/O-6 RJ  
CNPJ CFC 891  
CPF 862.396.196-04



## Ao Juízo da 2ª. Vara Cível da Comarca Regional da Pavuna - RJ

**Processo:** 0015196-90.2019.8.19.0211

**Ação:** Revisão Contratual/Repetição do Indébito c/c Danos Morais

**Autor:** Katia da Cunha Araújo

**Réu:** Banco Daycoval S/A

### LAUDO PERICIAL

#### I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciando o cumprimento da determinação da Perícia Contábil exarada em Decisão de fls. 250, em conformidade com os termos das Normas Técnicas de Perícia Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, a perícia examinou de modo estritamente técnico, o conteúdo das diversas peças dos autos, especificamente, quanto à documentação a ele acostada pelas partes.

Destaca-se que essa *Expert* não possui qualquer inclinação corporativa ou pessoal em relação à matéria envolvida no presente trabalho, nem contempla para o futuro nenhum interesse neste sentido.

Os cálculos financeiros contidos no Laudo Pericial, podem não resultar sempre em soma precisa, em razão de eventuais arredondamentos que tenham sido levados a efeito ao longo das etapas de desenvolvimento.

Com o objetivo de proporcionar extrema clareza e objetividade, no que tange aos procedimentos realizados, aos resultados obtidos e as análises desenvolvidas pela



perícia sobre o caso em tela, seguem abaixo as informações que fomentaram a elaboração e conclusão do presente Laudo Pericial:

**Documentos juntados aos autos:**

Os documentos utilizados pela perícia na realização do presente trabalho encontram-se relacionados nos **Quadros – 1 e 2**, abaixo:

**Quadro - 1 - Documentos pela Autora**

Documentos	Fls.
Cédula de Crédito Bancário nº 55-6528395/19	41/42
Solicitação de Portabilidade	45
Histórico Crédito INSS	47/54
Extrato Empréstimos Consignados	55/57

**Quadro - 2 - Documentos pelo Réu**

Documentos	Fls.
Autorização para Pagamento Empréstimo Consigando	113
Planilha Proposta Simplificada	114/116
Cédula de Crédito Bancário nº 55-6528395/19	117/118
Solicitação de Portabilidade	121
Detalhamento Crédito INSS	123
Planilha Cálculo Taxa Contrato	124/125
Demonstrativo de Operação	126/128



## II – OBJETIVOS

O presente instrumento tem por **objetivo geral** analisar, por meio das melhores práticas de Finanças, com base na documentação acostada aos autos, os aspectos pactuados e levados a efeito sobre os valores envolvidos no processo em análise.

Para o alcance deste objetivo, o trabalho em tela segue as seguintes etapas, abaixo relacionadas:

- Análise da base documental acostada aos Autos, identificando os parâmetros técnicos de prestação de contas que serão utilizados no processo de avaliação pretendido; e
- Elaboração de itens de caráter conclusivo, relacionadas em tópico específico, consolidando os conhecimentos técnicos gerados pelos estudos desenvolvidos pelo perito, no presente trabalho intelectual.

Como **objetivo específico** o trabalho segue o definido conforme a seguir:

- O objetivo da perícia se dá pela revisão dos Contrato de Empréstimo Consignado nº 55-6528395/19, celebrado entre as partes, de modo a apurar as alegações da Autora, quanto a cobranças abusivas, juros excessivos e capitalização mensal.



### III – SÍNTESE DA DEMANDA

A demanda refere-se à **Ação de Repetição de Indébito/Revisional de Contrato**, movida por Katia da Cunha Araújo em face do Banco Daycoval S/A, conforme razões e considerações arroladas a seguir:

A Autora relata em inicial às fls. 03/26, que na qualidade de beneficiária do INSS, em 22/08/2019 celebrou contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento junto ao Réu, nº 55-6528395/19, sendo financiado o valor de R\$ 5.903,53, já incluso o IOF no valor de R\$ 22,75.

Que foi acordado o pagamento em 72 parcelas de R\$ 150,04, com vencimento da 1ª parcela em 10/10/2019 e último vencimento em 10/09/2025, totalizando o valor de R\$ 10.802,88, com taxa de juros nominal de 1,85% mensal e custo efetivo de 1,84% ao mês.

Ressalta que não foi devidamente informada sobre o Custo efetivo Total-CET, na qual deveria ter sido feito através de planilha de cálculo, expressando todos os custos adicionais do financiamento.

Que a cobrança dos juros capitalizados mensalmente não foi devidamente informada no contrato.

Alega a cobrança abusiva e juros excessivos.

Que mediante a metodologia de juros simples, o valor financiado de R\$ 5,903,53, com percentual do custo efetivo total de 1,84% ao mês, a prestação estaria na base de R\$ 129,56, sendo cobrado a maior um total de R\$ 1.574,05.



No que tange ao objetivo da perícia, nos pedidos elencados às fls. 25/26, o Autor requereu:

- 1) Seja o réu condenado a danos morais, pela prática desleal e falha na prestação dos serviços, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pela prática abusiva da ré, na forma dos artigos 6º e 14º do CDC;
- 2) Seja condenado o réu na repetição do indébito, em dobro, na forma do artigo o CDC, da diferença cobrada a maior do contrato de assistência financeira nº 55-6528395/19, da seguinte forma:
  - No valor total de R\$ 3.148,10 (R\$ 1.574,05 x 2), devidamente atualizados corrigido monetariamente e com a mesma taxa de juros cobrada pela ré, a fim de evitar enriquecimento ilícito; DOC. 02 PLANILHA I
  - Em caráter de pedido alternativo, na forma do art. 326 do CPC, no valor de R\$ 219,26 (R\$ 109,63 x 2), aplicando-se a correção monetária e com taxa de juros cobrada pela ré, a fim de evitar enriquecimento ilícito; DOC 03 PLANILHA II
  - Seja julgado procedente o pedido, determinando a revisão do contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento nº 55-6528395/19, afastando a possibilidade da cobrança de juros capitalizados mensalmente e com a metodologia de amortização de juros simples, pelos vícios de consentimento presentes, aplicando o disposto no art. 51 do CDC;
- 3) A condenação do réu ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa e demais cominações legais.



O Banco Réu, apresenta contestação as fls. 77/86, onde alega que houve solicitação de refinanciamento, tendo sido emitida a planilha de proposta de nº 808398863 com todas as informações do contrato de nº 55-6528395/19, a qual alega que foi entregue a parte autora.

Que a parte Autora formalizou o contrato de empréstimo consignado após aprovada a proposta de refinanciamento do contrato nº 51-6528391/19, de saldo devedor à época de R\$ 5.145,68.

Que consta no instrumento contratual expressamente a ciência da parte autora com relação as condições do contrato, em razão de sua assinatura.

Que consta expressamente no contrato, os juros aplicados, considerando o número de dias úteis entre as prestações fixas, tendo sido determinada mensalmente as datas de vencimento.

Que não compõem o contrato celebrado, a cobrança de comissão de permanência, TAC e TEC, somente juros expressamente pactuados e custo efetivo total que correspondem ao IOF.

Que o valor líquido contratado foi de R\$ 5.880,78, que somado ao IOF, cobrança compulsória de R\$ 22,75, corresponde ao valor do crédito principal do contrato de R\$ 5.903,53, a ser pago em 72 prestações fixas de R\$ 150,04.

Que o método de atualização do débito se dá por meio de tabela *price*, onde, segundo afirma o Réu, não há capitalização, estando dentro da média de mercado os juros pré-fixados de 24,73% a.a.



Ressalta o Réu que inexistiu comprovação de dolo ou culpa por parte da empresa, sendo o valor descontado, responsável por abater o saldo devedor da parte Autora que não demonstrou ilicitude do ato praticado.

Conclui o Réu requerendo que sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial.

Réplica em fls. 136/137.

Pedido de prova pericial contábil pela Autora em fls. 140.

Deferida prova documental em Decisão de fls. 143/144, sendo remetida para Sentença.

Reiterado pedido de prova pericial contábil em fls. 153.

Sentença em fls. 173/175, julgando improcedentes os pedidos autorais.

Apelação em fls. 186/198.

Acórdão em fls. 232/237, anulando a Sentença de fls. 173/175, determinando a produção de prova pericial requerida.

Em Decisão de fls. 250, foi deferida a produção de prova pericial contábil, sendo nomeada essa *Expert*.





#### IV – CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Do ponto de vista técnico e do que recomendam as boas práticas de finanças em face à matéria em objeto, este perito entende relevante expor o que se segue:

##### a) No tocante ao Sistema de Amortização *Price*:

O contrato objeto da presente lide segue condições específicas para o tipo de operação de crédito, as quais a empresa ré utilizou-se do sistema de amortização *price*.

Vale ressaltar que, o sistema francês de amortização é um método usualmente utilizado pelas instituições financeiras nas operações de crédito em questão, a fim de apurar o valor das prestações em parcelas iguais, periódicas e sucessivas.

Nesse sistema, à medida que as prestações são pagas, o saldo devedor é amortizado, implicando em uma concomitante diminuição dos juros apurados para o período em análise, mantendo a uniformidade em relação ao valor da prestação. A amortização aumenta de forma a compensar a diminuição dos juros.

Desta forma, a instituição capitaliza mensalmente os juros pactuados contratualmente, aplicando o regime de capitalização composta de juros na apuração do valor da prestação mensal a ser cumprida. No decorrer da operação de crédito, o saldo devedor é deduzido mês a mês, no valor das parcelas, que representam parte da amortização + parte dos juros sobre o saldo devedor (capital emprestado).

A fórmula matemática utilizada para o cálculo do valor das parcelas é a seguinte:



### **FÓRMULA CÁLCULO DA PRESTAÇÃO MENSAL:**

$$pmt = PV * \frac{(1+i)^n * i}{(1+i)^n - 1}$$

#### **Neste caso temos:**

PMT = Prestação                      i = Taxa  
PV = Valor Presente                  n = Período

#### ***Da Capitalização de Juros:***

Chamamos de capitalização o processo de aplicação de uma taxa de juros sobre um capital, que resulta em acumular outro determinado montante.

Esse termo é utilizado na economia para se referir às formas de acumulação de valores.

É possível destacar os seguintes regimes de capitalização:

- 1) **Regime de Capitalização Simples:** os juros de cada período são sempre calculados em relação ao capital inicial;

No regime de capitalização simples, como dito anteriormente, as taxas de juro (i) – denominadas de juro simples – recaem sempre sobre o capital inicial (C<sub>0</sub>). Dessa forma, ao resgatar a aplicação corrigida por juros simples, o montante final (C<sub>n</sub>) – ou valor futuro (VF) – será o capital inicial depositado acrescido do montante de juros ganhos nos n<sup>o</sup> de períodos em que o capital ficou aplicado;

- 2) **Regime de Capitalização Composta:** os juros de cada período são calculados com base no capital inicial, acrescido dos juros relativos aos períodos anteriores.



No regime de Capitalização Composta, os juros de cada período incidem sobre o capital inicial ( $C_0$ ) acrescido do montante de juros dos períodos anteriores, e não somente sobre o  $C_0$  em cada período, como na capitalização simples. Dessa forma, o crescimento do valor futuro passa a ser exponencial e não mais linear, como no regime de capitalização simples.

É importante esclarecer que capitalização é, tecnicamente, a forma utilizada para remuneração do capital emprestado, seja na forma simples ou composta.

**b) No tocante às condições previstas no contrato, quanto ao crédito disponibilizado:**

Do contrato CCB nº 55-6528395/19, apresentado em fls. 41/42 e 117/118, faz-se importante destacar o previsto no item CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO do preâmbulo, conforme a seguir:

<b>IV – Características do crédito</b>				
a) Valor do Crédito (de principal): R\$ 5.903,53	b) Valor IOF: R\$ 22,75	c) Cadastro: R\$ 0,00	d) Despesas Com Terceiros: R\$ 44,11	e) Valor dos Juros: R\$ 4.899,35
f) Taxa Juros Nominal: 1,8586% a.m. ou 24,7303 % a.a.	g) Valor Total a pagar com Juros: R\$ 10.802,88	h) Número de Parcelas: 72	i) 1º Vencimento até: 10/10/2019	
j) Último Vencimento até: 10/09/2025	k) Valor de cada parcela: R\$ 150,04	l) Custo Efetivo Total (CET): 1,84% a.m. ou 24,91% a.a.	m) Seguro: ( ) Sim ( X ) Não Tipo:	
n) Valor Líquido Creditado: R\$ 5.880,78	o) Desembolso: ( ) Ordem(ns) de pago. ( ) Crédito(s) em c/c beneficiário			
p) Nome beneficiário:	CPF Beneficiário:	Bco:	Ag.:	Conta Corrente:
q) Correspondente Bancário autorizado: FACTA CORRETORA - P	CNPJ/MF: 01.360.251/0001-40	Fone:		
Agente: BRENO SOUZA SILVA	CPF: 094.319.617-50			
Endereço: RUA ANDRADAS, 1409 - CENTRO	CEP: 90020011	Cidade: PORTO ALEGRE	UF: RS	
Crédito consignado: ( ) folha de pagamento ( X ) benefício INSS	Empregador: 009008 – INSS PORTABILID	CNPJ/MF: 29.979.036/0001-40		



(...)

*1.3. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros remuneratórios capitalizados à taxa pré-fixada prevista na letra “f” do item IV, desde a presente data até seu vencimento.*

*1.4. Principal, juros e encargos serão pagos em prestações mensais, conforme disposto na letra “k” do item IV, utilizando-se o critério pro rata para o período inferior a 30 dias.*

*2. O emitente pagará o IOF, tarifas e despesas de cadastro, nos valores e condições detalhados no item IV.*

*2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército, bem como nos demais convênios que estabelecem tal vedação.*

(...)

**c) No tocante às condições para impontualidade, previstas no contrato:**

Consta previsto na Cláusula 4 do contrato celebrado que, ocorrendo a impontualidade dos pagamentos, haverá a cobrança dos seguintes encargos moratórios, conforme a seguir:

(...)

*4. Qualquer quantia não paga no prazo caracterizará mora, ficando sujeita, até a data do seu efetivo pagamento, o acréscimo de juros de 1% ao mês, juros remuneratórios, multa de 2% sobre o montante da dívida e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário, concedendo igual direito ao Emitente em caso de mora do Credor.*



*4.1. Exceto se vedado pelo Empregador, Credor poderá desmembrar a parcela original pactuada de acordo com as regras do Empregador, prorrogar o vencimento das prestações em aberto, mantendo a quantidade das mesmas, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente do pagamento total ou parcial dos proventos; c) insuficiência de valores descontados; d) fala de desconto das parcelas pelo Empregador; ou e) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável.*

*4.1.1. No caso das hipóteses previstas na cláusula 4.1, o Emitente deverá pagar o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta, podendo ser utilizada a conta constante de seu cadastro ou outras de sua titularidade.*

*4.1.2. Em caso de ausência de repasse das parcelas averbadas e descontadas (total ou parcial) da folha de pagamento do Emitente pelo Empregador, fica expressamente vedado ao Credor adotar qualquer ato de cobrança relacionado ao mesmo valor em face do Emitente, especialmente, a realização de débito automático na sua conta corrente e/ou inscrição de seus dados nos cadastros restritivos de crédito.*

*4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza, de forma irrevogável e irretratável, a averbar parcialmente o empréstimo em tantos descontos quantos sejam necessários para pagamento integral de cada parcela devida, obrigando-se o Emitente a usar sua senha*



*pessoal nos sistemas de consignações pertinentes para inclusão/averbação de cada desconto parcial.*

(...)

**d) No tocante às demais condições previstas no contrato:**

Consta previsto no contrato celebrado que:

(...)

*5. A dívida será declara automática e antecipadamente vencida, independente de notificação, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela, inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; ...*

(...)

**e) No aspecto ligado às operações que envolvem Comissão de Permanência:**

A cobrança da comissão de permanência está suportada por Resolução do Bacen. Trata-se da Resolução nº 1.129/1986. Esta Resolução está fundamentada no art. 9º, da Lei nº 4.595, de 31.12.12. Mas as Resoluções do Bacen não são Leis e, portanto, não têm força de uma Lei. A parte relevante do texto da Resolução supra é o seguinte:

*“I – Facultar aos bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, caixas econômicas, cooperativas de crédito, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de arrendamento mercantil, cobrar se seus débitos, além de juros de mora na forma da Legislação em vigor, “ comissão de permanência”, que será calculada às mesmas*



*taxas pactuadas no contrato original ou à taxa de mercado do dia do pagamento. ” (grifo nossos).*

Para tentar escapar dos rigores da “Lei da Usura”, a comunidade financeira criou a figura da Comissão de Permanência. Trata-se de um acréscimo percentual ao valor devido em face do tempo decorrido da data de vencimento à data do efetivo pagamento. Essa Comissão de Permanência, geralmente, tende a ser tão elevada quanto for a maior taxa de juros praticada nas chamadas operações interbancárias; ou ainda maior. Os contratos de mútuo, geralmente, não prefixam esta taxa; apenas dizem que será cobrada a maior taxa praticada pelo banco no período em que se verificar o atraso de pagamento. Assim, a Comissão de Permanência visa remunerar capital que, se tivesse sido recebido na data pactuada, ou seja, se tivesse sido reembolsado pelo devedor no vencimento contratado, a Instituição Financeira Credora poderia tê-lo reaplicado no mercado às taxas correntes e que, se isso não foi feito em face do não pagamento por parte do devedor, caberá a ele remunerar – mediante penalidade pecuniária – os capitais que permaneceram em seu poder por sua unilateral decisão. Advém daí o nome Comissão de Permanência.

No caso dos bancos, a Comissão de Permanência é, em verdade, uma forma de rotular juros moratórios. Além disso, são juros adicionais, ou seja, são juros que se acumulam com os juros remuneratórios, causando a cobrança, em duplicidade, de juros sobre o mesmo empréstimo<sup>1</sup>.

A Comissão de Permanência é tida, pelo sistema financeiro, como quantia compensatória (juros compensatórios ou indenizatórios) pelo atraso no pagamento do débito vencido.

Destaca-se o direcionamento da Súmula STJ nº 294 cujo enunciado menciona o seguinte: “*não é potestativa*” a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência,

<sup>1</sup> Zanna, Remo Dalla: Perícia Contábil em matéria financeira – 4ª ed. – São Paulo: IOB SAGE, 2015.

<sup>2</sup> Não tem força, nem poder e nem potência por si mesma, ou seja, a Comissão de Permanência não pode ser em percentual maior que a taxa do contrato.



*calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.*

Outro importante julgado sobre o assunto é a Súmula STJ nº 472 cujo enunciado segue a seguinte linha: “*A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.*”

**f) No tocante às legislações pertinentes à matéria:**

LEI Nº 4.595 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964:

*Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.*

**CAPÍTULO I**

*Do Sistema Financeiro Nacional*

*Art. 1º - O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:*

*I - do Conselho Monetário Nacional;*

*II - do Banco Central do Brasil;*

*III - do Banco do Brasil S.A.;*

*IV - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.*

(...)





*Art. 4º - Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República :*

*(...)*

*VI - disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;*

*(...)*

*IX - limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: - recuperação e fertilização do solo; - reflorestamento; - combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais; - eletrificação rural; - mecanização; - irrigação; - investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias;*

*(...)*

*Art. 10 - Compete privativamente ao Banco Central do Brasil:*

*X - conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:*

*a) funcionar no País;*

*(...)*

#### *Da Caracterização e Subordinação*

*Art. 17 - Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade*



*principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.*

(...)

RESOLUÇÃO Nº 1.064 O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 04.12.85, tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos VI, VII, VIII e IX, da referida Lei, e no art. 29 da Lei nº 4.728, de 14.07.65.

**R E S O L V E U:**

*I - Ressalvado o disposto no item III, as operações ativas dos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento serão realizadas a taxas de juros livremente pactuáveis.*

*II - As operações ativas sujeitas à correção monetária deverão ter tal ajuste pré ou pós-fixado, nesse último caso tendo como limite máximo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) havida no período.*

*III - As operações ativas incentivadas continuam regendo-se pela regulamentação específica, permanecendo vedadas quaisquer práticas que impliquem ultrapassagem*



*dos respectivos limites máximos de remuneração, as quais poderão ser consideradas faltas graves pelo Banco Central para os efeitos do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31.12.64.*

*IV - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução. V - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o item I da Resolução nº 912, de 05.04.84, a Resolução nº 844, de 13.07.83, bem como as Circulares nºs 615, de 25.03.81, e 888, de 19.09.84. Brasília-DF, 5 de dezembro de 1985.*

(...)

Para este caso também, temos a Medida Provisória nº. 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, em seu art. 5º., prevê que: “*Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano*”.

**g) Comparativo entre as taxas média mensal de juros e de mercado divulgada pelo BACEN x a taxa praticada pelo Banco no contrato da Autora:**

Para o melhor entendimento pelo M.M. Juízo da questão objeto da presente lide, a perícia demonstra a seguir quadro comparativo entre: taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas Físicas – Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS, Códigos 25468 e 20746 vs Taxa de Mercado para Pessoa Física – Crédito Pessoal Consignado INSS (Anexo I), divulgadas pelo Banco Central – BACEN vs a taxa prevista no contrato da Autora:

**Quadro – 3 - Comparativo Taxa Média Mensal de Juros BACEN vs Taxa de Mercado Banco vs Taxa Contrato**



COMPARATIVO TAXA MÉDIA MENSAL BACEN x TAXA DE MERCADO BANCO x TAXA PRATICADA										
Data	Taxa Média BACEN (a)		Taxa Mercado BACEN (b)		Taxas Contrato Pelo Banco (c)		Diferenças Apuradas (a - c)		Diferenças Apuradas (b - c)	
	% a.m	% a.a	% a.m	% a.a	% a.m	% a.a	% a.m	% a.a	% a.m	% a.a
set/19	1,76%	23,24%	1,76%	23,29%	1,86%	24,73%	0,10%	1,49%	0,10%	1,49%

## V – DILIGÊNCIAS REALIZADAS

Para realização deste trabalho, a perícia foi realizada tomando como base de informações os documentos apresentados nos autos pelas partes, mais especificamente os documentos relacionados nos **Quadros 1 e 2** do presente Laudo Pericial.

## VI – QUESITOS APRESENTADOS

### 1) PELO JUÍZO:

Não foram apresentados rol de quesitos pelo Juízo a serem respondidos pela perícia.

### 1) PELO AUTOR (fl. 270):

#### 01 – QUESITO:

*Referente ao contrato de assistência financeira, qual foi o valor financiado?*

#### RESPOSTA:

Relativo ao contrato nº 55-6528395/19, com base nos documentos e informações apresentadas nos autos pelas partes, concluiu-se que o valor final financiado foi no total de R\$ 5.924,89 (= R\$ 5.880,78 “Valor Solicitado” + R\$ 44,11 “Despesas com Terceiros” = R\$ 5.924,89), sendo efetivamente liberado deste montante à cliente, no ato da contratação, o valor de R\$ 735,10. O valor relativo ao IOF, de R\$ 22,75, foi deduzido no ato da contratação.



A operação de crédito em questão, é originária da renegociação de dívida referente ao contrato nº 51-6528391/19.

**02 – QUESITO:**

*Qual foi o percentual de juros cobrado no contrato, e sua prestação correspondente cobrada?*

**RESPOSTA:**

Após evolução financeira do contrato, a perícia verificou que o percentual de juros aplicado pelo banco no contrato da Autora foi de 1,8586% a.m, equivalente a 24,7304% a.a.

O valor de prestação praticado pelo banco Réu, foi no valor de R\$ 150,04, para cada prestação contratada.

Destaca-se que após evolução financeira do contrato, considerando para tanto, as condições constantes no contrato apresentado nos autos pelas partes, a perícia apurou para cada parcela do contrato o valor de R\$ 149,94, ou seja, uma diferença mínima a maior de R\$ 0,10 em cada uma das 72 parcelas previstas.

A diferença percebida, pode se dar em razão de eventuais arredondamentos que tenham sido levados a efeito ao longo das etapas de desenvolvimento. Diante disso, tecnicamente, entende-se que o banco Réu cumpriu com a taxa de juros estabelecida no contrato celebrado entre as partes.

**03 – QUESITO:**

*Qual o total pago pela parte autora no contrato de assistência financeira?*

**RESPOSTA:**

Com base no “Demonstrativo de Operação” apresentado pelo Réu em fls. 305/307, atualizado até a data de 06/12/2021, a Autora teve debitados em folha, os pagamentos das parcelas 01 a 16, sendo as parcelas faltantes, 17 a 72, baixadas em decorrência de transferência por portabilidade da dívida.



**04 – QUESITO:**

*O contrato de assistência financeira refere-se a refinanciamento ou portabilidade? Caso positivo qual foi o valor financiado e o valor efetivamente recebido pela parte autora?*

**RESPOSTA:**

O contrato nº 55-6528395/19 refere-se a refinanciamento de dívida proveniente do contrato nº 51-6528391/19.

O valor financiado, conforme respondido no quesito 01 acima, foi de R\$ 5.924,89, sem considerar o total dos juros acordados em contrato, sendo pago pela Autora até a parcela 16, o montante de R\$ 2.399,00 do capital emprestado.

**05 – QUESITO:**

*Há pactuação expressa no contrato para utilização da amortização financeira da “Tabela Price”?*

**RESPOSTA:**

Não restou informado na Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 55-6528395/19, de forma expressa/clara, qual o sistema de amortização definido para o financiamento em análise. Entretanto, considerando que restaram acordadas valor de prestações em parcelas iguais, periódicas e sucessivas, verificou-se que o sistema de amortização adotado pelo banco Réu, foi o sistema de amortização *price*.

O sistema francês de amortização é um método usualmente utilizado pelas instituições financeiras nas operações de crédito em questão e aceito pelo Sistema Financeiro Nacional, sendo que desta forma, a instituição capitaliza mensalmente os juros pactuados contratualmente, aplicando o regime de capitalização composta de juros na apuração do valor da prestação mensal a ser cumprida. No decorrer da operação de crédito, o saldo devedor é deduzido mês a mês, no valor das parcelas, que representam parte da amortização + parte dos juros sobre o saldo devedor (capital emprestado).



**06 – QUESITO:**

*Qual seria o valor da prestação, considerando a mesma taxa de juros e mesmo valor financiado, utilizando-se a metodologia financeira de amortização de "GAUSS"? Qual seria o valor total pago total? E a diferença cobrada a maior com juros e correção monetária?*

**RESPOSTA:**

O método GAUSS não é praticado pelas instituições financeiras do país. Ressalta-se também que o processo encontra-se em fase de instrução para julgamento, devendo a perícia ater-se às condições estabelecidas em contrato, não havendo determinação específica do M.M. Juízo para aplicação de condição diversa, até a presente data. Submete-se a questão à mérito do M.M. Juízo.

**07 – QUESITO:**

*Qual seria o valor da prestação, considerando a mesma taxa de juros e mesmo valor financiado, utilizando-se a metodologia financeira de amortização de "JUROS SIMPLES"? Qual seria o valor total pago total? E a diferença cobrada a maior com juros e correção monetária?*

**RESPOSTA:**

Reporta-se à resposta do quesito 06 acima.

**08 – QUESITO:**

*Qual seria o valor da prestação, considerando a mesma taxa de juros e mesmo valor financiado, utilizando-se a metodologia financeira de amortização de "TABELA PRICE"? Qual seria o valor total pago total? E a diferença cobrada a maior com juros e correção monetária?*

**RESPOSTA:**

Reporta-se à resposta do quesito 06 acima. Para melhor responder ao presente quesito, a perícia reporta-se ao item VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS do presente Laudo Pericial, ondem constam as informações pertinentes à matéria ora discutida, que entende relevante para a solução da lide.



**2) PELO RÉU (fls. 272/273):**

**01 – QUESITO:**

*Qual a área de formação e especialidade do Ilustre Perito?*

**RESPOSTA:**

O currículo profissional dessa Expert consta devidamente apresentado nos autos em fls. 260/264.

**02 – QUESITO:**

*Queira o Ilustre explicar a modalidade e as principais características do Empréstimo Consignado ASSINADO pela parte autora, bem como o seu sistema de amortização e suas características?*

**RESPOSTA:**

Para melhor responder ao presente quesito, a perícia reporta-se ao item VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS do presente Laudo Pericial, ondem constam as informações pertinentes à matéria ora discutida, que entende relevante para a solução da lide.

**03 – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito identificar se o laudo apresentado pela parte autora utilizou método diverso da contratada, bem como índices, periodicidade, impostos e etc. Qual foi o método utilizado pela parte autora.*

**RESPOSTA:**

Resposta pela afirmativa. O método utilizado pela parte Autora foi o método de GAUSS, o qual não é praticado no Sistema Financeiro Nacional.





**04 – QUESITO:**

*Queira o Ilustre informar se consta no site do Banco Central aviso de que a calculadora cidadã não tem por objetivo aferir os cálculos realizados pelas instituições financeiras.*

**RESPOSTA:**

Resposta ao quesito prejudicada por fugir ao objetivo principal da perícia.  
s.m.j.

**05 (04) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito identificar e destacar do contrato de empréstimo consignado: a) valor do crédito b) Valor do IOF, c) Tarifas de Cadastro d) taxa de juros pré-fixada mensal e anual e) valor despesas com terceiro; f) nº de parcelas a pagar, g) valor da parcela, f) custo efetivo total mensal e anual.*

**RESPOSTA:**

Para melhor responder ao presente quesito, a perícia reporta-se ao item VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS do presente Laudo Pericial, ondem constam as informações pertinentes à matéria ora discutida, que entende relevante para a solução da lide.

**06 (05) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito explicar o que é Custo Efetivo Total.*

**RESPOSTA:**

Corresponde a todos os encargos, tributos e despesas incidentes nas operações de crédito de empréstimos e financiamentos contratados.

**07 (06) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito explicar ao Juízo se o cálculo do valor da parcela está apenas relacionado à incidência da taxa de juros nominal ou se está relacionada à incidência de outras taxas e encargos que integram o Custo Efetivo Total – CET, bem como a periodicidade dos juros.*



**RESPOSTA:**

O cálculo do valor da parcela está relacionado à incidência da taxa de juros contratada sobre o valor emprestado/renegociado, acrescido do valor da cobrança de Despesas de Terceiros, pelo prazo acordado entre as partes.

**08 (07) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito informar se as taxas dos encargos financeiros praticados que compõem o Custo Efetivo Total estão em consonância com o pactuado no contrato.*

**RESPOSTA:**

Resposta pela afirmativa.

**09 (08) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito informar se o percentual efetivamente praticado é inferior, igual ou superior ao contratado.*

**RESPOSTA:**

Após evolução financeira do contrato, a perícia verificou que o percentual de juros aplicado pelo banco no contrato da Autora foi de 1,8586% a.m, equivalente a 24,7304% a.a.

O valor de prestação praticado pelo banco Réu, foi no valor de R\$ 150,04, para cada prestação contratada.

Destaca-se que após evolução financeira do contrato, considerando para tanto, as condições constantes no contrato apresentado nos autos pelas partes, a perícia apurou para cada parcela do contrato o valor de R\$ 149,94, ou seja, uma diferença mínima a maior de R\$ 0,10 em cada uma das 72 parcelas previstas.

A diferença percebida, pode se dar em razão de eventuais arredondamentos que tenham sido levados a efeito ao longo das etapas de desenvolvimento. Diante disso,



tecnicamente, entende-se que o banco Réu cumpriu com a taxa de juros estabelecida no contrato celebrado entre as partes.

**10. (9) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito informar se o autor efetuou o pagamento de todas as parcelas, caso negativo, quantas parcelas foram pagas e qual o saldo devedor remanescente.*

**RESPOSTA:**

Com base no “Demonstrativo de Operação” apresentado pelo Réu em fls. 305/307, atualizado até a data de 06/12/2021, a Autora teve debitados em folha, os pagamentos das parcelas 01 a 16, sendo as parcelas faltantes, 17 a 72, baixadas em decorrência de transferência por portabilidade da dívida.

Para melhor responder ao presente quesito, a perícia reporta-se ao item VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS do presente Laudo Pericial, ondem constam as informações pertinentes à matéria ora discutida, que entende relevante para a solução da lide.

**11. (10) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre apresentar a simulação do saldo devedor com o pagamento integral de todas as parcelas na forma contratada, bem como indicar a existência de eventual saldo.*

**RESPOSTA:**

Para melhor responder ao presente quesito, a perícia reporta-se ao item VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS do presente Laudo Pericial, ondem constam as informações pertinentes à matéria ora discutida, que entende relevante para a solução da lide.

**12. (11) – QUESITO:**

*Queira o Ilustre Perito informar se o valor da tarifa de cadastro foi considerado para fins de cálculo da parcela contratada.*

**RESPOSTA:**

Com base nos documentos apresentados nos autos, a resposta é pela negativa.



## VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse das informações declaradas pelas partes litigantes e cópia dos documentos juntados aos autos – especificados no item I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS, alínea “a” – (Documentos Juntados aos Autos) do presente Laudo Pericial, a perícia procedeu com os cálculos periciais, considerando as condições pactuadas contratualmente entre as partes, de modo a responder o objetivo da perícia, sendo o apurado demonstrado conforme a seguir:

### Quadro - 4 - Dados Apurados do Financiamento

Evolução Financeira Contratual	
Dados da Operação:	
CCB nº:	<b>55-6528395/19</b>
Emitente:	<b>Katia da Cunha</b>
Credor:	Banco Daycoval S/A
Modalidade:	Empréstimo Consignado
Valor Total do Empréstimo:	<b>R\$ 5.924,89</b>
Taxa Praticada(% ao mês):	1,86%
Taxa ao ano:	24,73%
Nº de Prestações:	72
Prestação: Calculada:	<b>R\$149,94</b>
Data Emissão:	03/09/2019
Data Operação (1ª Prest.):	10/10/2019
Data última Prest.	10/09/2025
Valor do Crédito:	R\$ 5.880,78
IOF:	R\$ 22,75
Despesas com terceiros	R\$ 44,11
Sistema de Amortização:	<b>PRICE</b>
Data do Cálculo:	<b>11/06/2022</b>



1. Com base nas informações contidas no “Demonstrativo de Operação” apresentado pelo Réu em fls. 305/307, o contrato nº 55-6528395/19 refere-se a refinanciamento de dívida proveniente do contrato nº 51-6528391/19, o qual, não restou apresentado nos autos para confronto pela perícia.
2. Não restou informado na Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 55-6528395/19, de forma expressa/clara, qual o sistema de amortização definido para o financiamento em análise.
3. O contrato objeto da presente lide segue condições específicas para o tipo de operação de crédito, as quais utilizou-se o sistema de amortização *price*, uma vez que restaram estabelecidas prestações em parcelas iguais, periódicas e sucessivas
4. Na operação de crédito em questão, considerando o valor do veículo financiado no total de R\$ 5.880,78, acrescido da cobrança de despesas, pelo prazo de 72 parcelas, à taxa efetiva de juros de 1,8586% a.m, equivalente a 24,7304% a.a, a perícia apurou o valor de R\$ 149,94 para cada prestação contratada.
5. Restou prevista no contrato a cobrança de tributo, conforme disposto a seguir, no seguinte montante: IOF (R\$ 22,75), a qual, com base nas informações apresentadas nos autos, concluiu-se que foi deduzida do valor creditado, no ato da contratação.
6. Diante do apurado, considerando que o banco Réu cobrou da Autora parcelas no valor de R\$ 150,04, a perícia constatou uma **diferença mínima a maior** de R\$ 0,10 (dez centavos) em cada parcela prevista. A diferença percebida, pode se dar em razão de eventuais arredondamentos que tenham sido levados a efeito ao longo das etapas de desenvolvimento.
7. Diante disso, tecnicamente, entende-se que o banco Réu cumpriu com a taxa de juros estabelecida no contrato celebrado entre as partes.



**PERITO CONTADOR CRC 119781/O-6**

8. Com base no “Demonstrativo de Operação” apresentado pelo Réu em fls. 305/307, atualizado até a data de 06/12/2021, a Autora teve debitados em folha, os pagamentos das parcelas 01 a 16, sendo as parcelas faltantes, 17 a 72, baixadas em decorrência de transferência por portabilidade da dívida, conforme destacado a seguir:

10/01/21	016/072	24,3382	149,86	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	149,86	08/01/21	150,04 (Bx.Ant.)	N	106 - DEB FOLHA PAG	0,00	0,00
10/02/21	017/072	24,3382	149,50	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	149,50	04/02/21	149,50 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	0,54	0,00
10/03/21	018/072	24,3382	146,98	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	146,98	04/02/21	146,98 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	3,06	0,00
10/04/21	019/072	24,3382	144,25	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	144,25	04/02/21	144,25 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	5,79	0,00
10/05/21	020/072	24,3382	141,66	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	141,66	04/02/21	141,66 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	8,38	0,00
10/06/21	021/072	24,3382	139,03	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	139,03	04/02/21	139,03 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	11,01	0,00
10/07/21	022/072	24,3382	136,53	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	136,53	04/02/21	136,53 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	13,51	0,00
10/08/21	023/072	24,3382	133,99	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	133,99	04/02/21	133,99 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	16,05	0,00
10/09/21	024/072	24,3382	131,50	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	131,50	04/02/21	131,50 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	18,54	0,00
10/10/21	025/072	24,3382	129,13	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	129,13	04/02/21	129,13 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	20,91	0,00
10/11/21	026/072	24,3382	126,73	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	126,73	04/02/21	126,73 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	23,31	0,00
10/12/21	027/072	24,3382	124,45	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	124,45	04/02/21	124,45 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	25,59	0,00
10/01/22	028/072	24,3382	122,14	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	122,14	04/02/21	122,14 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	27,90	0,00
10/02/22	029/072	24,3382	119,87	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	119,87	04/02/21	119,87 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	30,17	0,00
10/03/22	030/072	24,3382	117,86	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	117,86	04/02/21	117,86 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	32,18	0,00
10/04/22	031/072	24,3382	115,66	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	115,66	04/02/21	115,66 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	34,38	0,00
10/05/22	032/072	24,3382	113,59	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	113,59	04/02/21	113,59 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	36,45	0,00
10/06/22	033/072	24,3382	111,47	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	111,47	04/02/21	111,47 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	38,57	0,00
10/07/22	034/072	24,3382	109,47	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	109,47	04/02/21	109,47 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	40,57	0,00
10/08/22	035/072	24,3382	107,44	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	107,44	04/02/21	107,44 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	42,60	0,00
10/09/22	036/072	24,3382	105,44	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	105,44	04/02/21	105,44 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	44,60	0,00
10/10/22	037/072	24,3382	103,54	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	103,54	04/02/21	103,54 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	46,50	0,00
10/11/22	038/072	24,3382	101,62	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	101,62	04/02/21	101,62 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	48,42	0,00
10/12/22	039/072	24,3382	99,79	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	99,79	04/02/21	99,79 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	50,25	0,00
10/01/23	040/072	24,3382	97,94	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	97,94	04/02/21	97,94 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	52,10	0,00
10/02/23	041/072	24,3382	96,12	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	96,12	04/02/21	96,12 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	53,92	0,00
10/03/23	042/072	24,3382	94,50	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	94,50	04/02/21	94,50 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	55,54	0,00
10/04/23	043/072	24,3382	92,75	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	92,75	04/02/21	92,75 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	57,29	0,00
10/05/23	044/072	24,3382	91,08	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	91,08	04/02/21	91,08 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	58,96	0,00
10/06/23	045/072	24,3382	89,38	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	89,38	04/02/21	89,38 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	60,66	0,00
10/07/23	046/072	24,3382	87,78	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	87,78	04/02/21	87,78 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	62,26	0,00
10/08/23	047/072	24,3382	86,15	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	86,15	04/02/21	86,15 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	63,89	0,00
10/09/23	048/072	24,3382	84,54	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	84,54	04/02/21	84,54 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	65,50	0,00
10/10/23	049/072	24,3382	83,02	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	83,02	04/02/21	83,02 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	67,02	0,00
10/11/23	050/072	24,3382	81,48	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	81,48	04/02/21	81,48 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	68,56	0,00
10/12/23	051/072	24,3382	80,01	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	80,01	04/02/21	80,01 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	70,03	0,00
10/01/24	052/072	24,3382	78,53	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	78,53	04/02/21	78,53 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	71,51	0,00
10/02/24	053/072	24,3382	77,07	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	77,07	04/02/21	77,07 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	72,97	0,00
10/03/24	054/072	24,3382	75,73	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	75,73	04/02/21	75,73 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	74,31	0,00
10/04/24	055/072	24,3382	74,32	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	74,32	04/02/21	74,32 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	75,72	0,00
10/05/24	056/072	24,3382	72,98	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	72,98	04/02/21	72,98 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	77,06	0,00
10/06/24	057/072	24,3382	71,63	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	71,63	04/02/21	71,63 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	78,41	0,00
10/07/24	058/072	24,3382	70,34	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	70,34	04/02/21	70,34 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	79,70	0,00
10/08/24	059/072	24,3382	69,03	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	69,03	04/02/21	69,03 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	81,01	0,00
10/09/24	060/072	24,3382	67,75	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	67,75	04/02/21	67,75 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	82,29	0,00
10/10/24	061/072	24,3382	66,53	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	66,53	04/02/21	66,53 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	83,51	0,00
10/11/24	062/072	24,3382	65,30	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	65,30	04/02/21	65,30 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	84,74	0,00
10/12/24	063/072	24,3382	64,12	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	64,12	04/02/21	64,12 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	85,92	0,00
10/01/25	064/072	24,3382	62,93	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	62,93	04/02/21	62,93 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	87,11	0,00
10/02/25	065/072	24,3382	61,76	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	61,76	04/02/21	61,76 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	88,28	0,00
10/03/25	066/072	24,3382	60,72	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	60,72	04/02/21	60,72 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	89,32	0,00
10/04/25	067/072	24,3382	59,59	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	59,59	04/02/21	59,59 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	90,45	0,00
10/05/25	068/072	24,3382	58,52	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	58,52	04/02/21	58,52 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	91,52	0,00
10/06/25	069/072	24,3382	57,43	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	57,43	04/02/21	57,43 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	92,61	0,00
10/07/25	070/072	24,3382	56,40	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	56,40	04/02/21	56,40 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	93,64	0,00
10/08/25	071/072	24,3382	55,35	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	55,35	04/02/21	55,35 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	94,69	0,00
10/09/25	072/072	24,3382	54,33	150,04	150,04	0,00	0,00	0,00	54,33	04/02/21	54,33 (Bx.Ant.)	N	162 - BAIXA POR PORT	102,09	0,00

9. Não foram observadas cobranças de encargos de mora nos pagamentos realizados pela Autora.



10. A título de informação, caso fosse aplicada a taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas Físicas – Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS, divulgada pelo BACEN, para a data de celebração do contrato em análise, cujo percentual foi de 1,76% a.m, equivalente a 23,24% a.a, o valor da parcela a ser paga pela Autora, seria no total de R\$ 145,79, ou seja, um valor menor ao cobrado pelo Réu, em R\$ 4,25 em cada uma das 72 parcelas previstas.
11. A Taxa de mercado, divulgada pelo BACEN para a instituição Ré, para a data de celebração do contrato em análise, foi também de 1,76% a.m (Anexo I do Laudo Pericial).
12. Destaca-se que as Taxas Médias servem apenas como parâmetro, não havendo a obrigatoriedade da instituição financeira em segui-las, sendo de livre negociação entre os bancos e seus clientes.
13. Seguindo as informações apresentadas pelo Réu no “Demonstrativo de Operação” apresentado em fls. 305/307, o saldo de dívida apurado pelo Banco Réu para transferência em portabilidade, teve o montante de R\$ 5.270,37, conforme demonstrado no **Apêndice I**, anexo ao presente Laudo Pericial.
14. O saldo de dívida apurado pela Perícia, para a referida portabilidade, relativo os valores das amortizações em aberto (capital emprestado) das parcelas 17 a 72, teve o montante de R\$ 5.190,81, divergindo, portanto, para menos em R\$ 79,56, do total apurado nos valores apresentados pelo Réu, conforme demonstrado no **Apêndice I**, anexo ao presente Laudo Pericial.
15. Considerando que houve a portabilidade da dívida, por todas as considerações acima expostas, não há saldo devedor e/ou credor a apontar no presente estudo.





Em cumprimento ao objetivo principal da perícia, essa *Expert* tem a destacar que:

- a) O Sistema de Amortização adotado, Tabela *Price*, é usualmente utilizado pelas instituições financeiras do país, no tipo de operação de crédito em questão. Neste sistema de amortização, a instituição capitaliza mensalmente os juros pactuados contratualmente, aplicando o regime de capitalização composta na apuração do valor da prestação mensal a ser cumprida. No decorrer da operação de crédito, o saldo devedor é deduzido mês a mês, no valor das parcelas, que representam parte da amortização + parte dos juros sobre o saldo devedor (capital emprestado).
- b) É importante esclarecer que capitalização, seja na forma simples ou composta, é tecnicamente, a forma usualmente utilizada para remuneração de um capital emprestado.
- c) Destaca-se que a Medida Provisória nº. 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, em seu art. 5º., prevê que: “*Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano*”.
- d) Tecnicamente, entende-se que o banco Réu cumpriu com a taxa de juros estabelecida no contrato celebrado entre as partes.





## VIII – CONCLUSÃO

Após minucioso estudo da matéria em questão e aplicação de metodologia contábil, aplicada por este profissional, constantes na NBC TP-01 – Normas Técnicas da Perícia Contábil e NBC PP-01 Normas Profissionais do Perito Contábil, com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º. Do Decreto Lei-9.295/46, alterada pela Lei-12.249/10, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a perícia concluiu seu trabalho de acordo com o objetivo desta perícia, a saber:

- **Considerando que houve a portabilidade da dívida, por todas as considerações acima expostas, não há saldo devedor e/ou credor a apontar no presente estudo.**

O processo encontra-se em fase de instrução para julgamento, não tendo sido apuradas demais possíveis variáveis, tendo em vista não haver determinação do M.M. Juízo para este fim, até a data do Laudo Pericial. *s.m.j.*



## **IX – ENCERRAMENTO**

Assim, é dado por encerrado o presente Laudo Pericial, com 33 (trinta e três) laudas, 01 (um) apêndice e 01 (um) anexo, colocando-me a inteira disposição de V. Ex<sup>a</sup>. e demais interessados para quaisquer esclarecimentos para o deslinde da questão.

Nestes termos,  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2022.

***Lenimara Kelmer da Silva***

Perita Judicial TJRJ nº. 11.660  
Contadora CRC 119781/O-6 RJ  
CNPJ CFC 891  
CPF 862.396.196-04

Contrato n° 55-6528395/19

Prest n°:	Data de Venc.to.	Dias	Data de Pgto.	Dias	Juros (% a.m.)	Amortização	Prestação Calculada	Saldo Devedor	Prestação Informada no Espelho da CCB	Status	Total Pago	Total Descontos Concedidos	Saldo Dívida Apontado pelo Réu Portabilidade
Saldo Inicial:								RS\$ 5.924,89					
1	10/10/2019	37	07/10/2019	-3	110,12	39,82	149,94	5.885,07	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
2	10/11/2019	31	07/11/2019	-3	109,38	40,56	149,94	5.844,51	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
3	10/12/2019	30	06/12/2019	-4	108,63	41,31	149,94	5.803,20	150,04	Deb. Folha	149,68	0,36	-
4	10/01/2020	31	08/01/2020	-2	107,86	42,08	149,94	5.761,12	150,04	Deb. Folha	149,86	0,18	-
5	10/02/2020	31	07/02/2020	-3	107,08	42,86	149,94	5.718,26	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
6	10/03/2020	29	09/03/2020	-1	106,28	43,66	149,94	5.674,60	150,04	Deb. Folha	149,95	0,09	-
7	10/04/2020	31	07/04/2020	-3	105,47	44,47	149,94	5.630,13	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
8	10/05/2020	30	08/05/2020	-2	104,64	45,30	149,94	5.584,84	150,04	Deb. Folha	149,86	0,18	-
9	10/06/2020	31	05/06/2020	-5	103,80	46,14	149,94	5.538,70	150,04	Deb. Folha	149,59	0,45	-
10	10/07/2020	30	07/07/2020	-3	102,94	47,00	149,94	5.491,71	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
11	10/08/2020	31	07/08/2020	-3	102,07	47,87	149,94	5.443,84	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
12	10/09/2020	31	08/09/2020	-2	101,18	48,76	149,94	5.395,08	150,04	Deb. Folha	149,86	0,18	-
13	10/10/2020	30	07/10/2020	-3	100,27	49,66	149,94	5.345,41	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
14	10/11/2020	31	09/11/2020	-1	99,35	50,59	149,94	5.294,82	150,04	Deb. Folha	149,95	0,09	-
15	10/12/2020	30	07/12/2020	-3	98,41	51,53	149,94	5.243,30	150,04	Deb. Folha	149,77	0,27	-
16	10/01/2021	31	08/01/2021	-2	97,45	52,49	149,94	RS 5.190,81	150,04	Deb. Folha	149,86	0,18	-
17	10/02/2021	31	04/02/2021	-	96,48	53,46	149,94	5.137,35	150,04	Baixa Port.	-	0,54	149,50
18	10/03/2021	28	04/02/2021	-	95,48	54,45	149,94	5.082,89	150,04	Baixa Port.	-	3,06	146,98
19	10/04/2021	31	04/02/2021	-	94,47	55,47	149,94	5.027,43	150,04	Baixa Port.	-	5,79	144,25
20	10/05/2021	30	04/02/2021	-	93,44	56,50	149,94	4.970,93	150,04	Baixa Port.	-	8,38	141,66
21	10/06/2021	31	04/02/2021	-	92,39	57,55	149,94	4.913,38	150,04	Baixa Port.	-	11,01	139,03
22	10/07/2021	30	04/02/2021	-	91,32	58,62	149,94	4.854,76	150,04	Baixa Port.	-	13,51	136,53
23	10/08/2021	31	04/02/2021	-	90,23	59,71	149,94	4.795,06	150,04	Baixa Port.	-	16,05	133,99
24	10/09/2021	31	04/02/2021	-	89,12	60,82	149,94	4.734,24	150,04	Baixa Port.	-	18,54	131,50
25	10/10/2021	30	04/02/2021	-	87,99	61,95	149,94	4.672,29	150,04	Baixa Port.	-	20,91	129,13
26	10/11/2021	31	04/02/2021	-	86,84	63,10	149,94	4.609,19	150,04	Baixa Port.	-	23,31	126,73
27	10/12/2021	30	04/02/2021	-	85,67	64,27	149,94	4.544,92	150,04	Baixa Port.	-	25,59	124,45
28	10/01/2022	31	04/02/2021	-	84,47	65,47	149,94	4.479,46	150,04	Baixa Port.	-	27,90	122,14
29	10/02/2022	31	04/02/2021	-	83,26	66,68	149,94	4.412,78	150,04	Baixa Port.	-	30,17	119,87
30	10/03/2022	28	04/02/2021	-	82,02	67,92	149,94	4.344,85	150,04	Baixa Port.	-	32,18	117,86
31	10/04/2022	31	04/02/2021	-	80,75	69,18	149,94	4.275,67	150,04	Baixa Port.	-	34,38	115,66
32	10/05/2022	30	04/02/2021	-	79,47	70,47	149,94	4.205,20	150,04	Baixa Port.	-	36,45	113,59
33	10/06/2022	31	04/02/2021	-	78,16	71,78	149,94	4.133,42	150,04	Baixa Port.	-	38,57	111,47
34	10/07/2022	30	04/02/2021	-	76,82	73,11	149,94	4.060,31	150,04	Baixa Port.	-	40,57	109,47
35	10/08/2022	31	04/02/2021	-	75,46	74,47	149,94	3.985,83	150,04	Baixa Port.	-	42,60	107,44
36	10/09/2022	31	04/02/2021	-	74,08	75,86	149,94	3.909,98	150,04	Baixa Port.	-	44,60	105,44
37	10/10/2022	30	04/02/2021	-	72,67	77,27	149,94	3.832,71	150,04	Baixa Port.	-	46,50	103,54

Contrato nº 55-6528395/19

Prest nº:	Data de Vencdo.	Dias	Data de Pgto.	Dias	Juros (% a.m.)	Amortização	Prestação Calculada	Saldo Devedor	Prestação Informada no Espelho da CCB	Status	Total Pago	Total Descontos Concedidos	Saldo Dívida Apontado pelo Réu Portabilidade
38	10/11/2022	31	04/02/2021	-	71,23	78,70	149,94	3.754,01	150,04	Baixa Port.	-	48,42	101,62
39	10/12/2022	30	04/02/2021	-	69,77	80,17	149,94	3.673,84	150,04	Baixa Port.	-	50,25	99,79
40	10/01/2023	31	04/02/2021	-	68,28	81,66	149,94	3.592,18	150,04	Baixa Port.	-	52,10	97,94
41	10/02/2023	31	04/02/2021	-	66,76	83,17	149,94	3.509,01	150,04	Baixa Port.	-	53,92	96,12
42	10/03/2023	28	04/02/2021	-	65,22	84,72	149,94	3.424,29	150,04	Baixa Port.	-	55,54	94,50
43	10/04/2023	31	04/02/2021	-	63,64	86,29	149,94	3.338,00	150,04	Baixa Port.	-	57,29	92,75
44	10/05/2023	30	04/02/2021	-	62,04	87,90	149,94	3.250,10	150,04	Baixa Port.	-	58,96	91,08
45	10/06/2023	31	04/02/2021	-	60,41	89,53	149,94	3.160,57	150,04	Baixa Port.	-	60,66	89,38
46	10/07/2023	30	04/02/2021	-	58,74	91,20	149,94	3.069,37	150,04	Baixa Port.	-	62,26	87,78
47	10/08/2023	31	04/02/2021	-	57,05	92,89	149,94	2.976,48	150,04	Baixa Port.	-	63,89	86,15
48	10/09/2023	31	04/02/2021	-	55,32	94,62	149,94	2.881,87	150,04	Baixa Port.	-	65,50	84,54
49	10/10/2023	30	04/02/2021	-	53,56	96,38	149,94	2.785,49	150,04	Baixa Port.	-	67,02	83,02
50	10/11/2023	31	04/02/2021	-	51,77	98,17	149,94	2.687,32	150,04	Baixa Port.	-	68,56	81,48
51	10/12/2023	30	04/02/2021	-	49,95	99,99	149,94	2.587,33	150,04	Baixa Port.	-	70,03	80,01
52	10/01/2024	31	04/02/2021	-	48,09	101,85	149,94	2.485,48	150,04	Baixa Port.	-	71,51	78,53
53	10/02/2024	31	04/02/2021	-	46,20	103,74	149,94	2.381,74	150,04	Baixa Port.	-	72,97	77,07
54	10/03/2024	29	04/02/2021	-	44,27	105,67	149,94	2.276,07	150,04	Baixa Port.	-	74,31	75,73
55	10/04/2024	31	04/02/2021	-	42,30	107,63	149,94	2.168,44	150,04	Baixa Port.	-	75,72	74,32
56	10/05/2024	30	04/02/2021	-	40,30	109,64	149,94	2.058,80	150,04	Baixa Port.	-	77,06	72,98
57	10/06/2024	31	04/02/2021	-	38,26	111,67	149,94	1.947,13	150,04	Baixa Port.	-	78,41	71,63
58	10/07/2024	30	04/02/2021	-	36,19	113,75	149,94	1.833,38	150,04	Baixa Port.	-	79,70	70,34
59	10/08/2024	31	04/02/2021	-	34,08	115,86	149,94	1.717,52	150,04	Baixa Port.	-	81,01	69,03
60	10/09/2024	31	04/02/2021	-	31,92	118,02	149,94	1.599,50	150,04	Baixa Port.	-	82,29	67,75
61	10/10/2024	30	04/02/2021	-	29,73	120,21	149,94	1.479,29	150,04	Baixa Port.	-	83,51	66,53
62	10/11/2024	31	04/02/2021	-	27,49	122,44	149,94	1.356,85	150,04	Baixa Port.	-	84,74	65,30
63	10/12/2024	30	04/02/2021	-	25,22	124,72	149,94	1.232,13	150,04	Baixa Port.	-	85,92	64,12
64	10/01/2025	31	04/02/2021	-	22,90	127,04	149,94	1.105,09	150,04	Baixa Port.	-	87,11	62,93
65	10/02/2025	31	04/02/2021	-	20,54	129,40	149,94	975,69	150,04	Baixa Port.	-	88,28	61,76
66	10/03/2025	28	04/02/2021	-	18,13	131,80	149,94	843,89	150,04	Baixa Port.	-	89,32	60,72
67	10/04/2025	31	04/02/2021	-	15,68	134,25	149,94	709,64	150,04	Baixa Port.	-	90,45	59,59
68	10/05/2025	30	04/02/2021	-	13,19	136,75	149,94	572,89	150,04	Baixa Port.	-	91,52	58,52
69	10/06/2025	31	04/02/2021	-	10,65	139,29	149,94	433,60	150,04	Baixa Port.	-	92,61	57,43
70	10/07/2025	30	04/02/2021	-	8,06	141,88	149,94	291,72	150,04	Baixa Port.	-	93,64	56,40
71	10/08/2025	31	04/02/2021	-	5,42	144,52	149,94	147,20	150,04	Baixa Port.	-	94,69	55,35
72	10/09/2025	31	04/02/2021	-	2,74	147,20	149,94	0,00	150,04	Baixa Port.	-	102,09	47,95
<b>Total</b>					<b>R\$4.870,63</b>	<b>R\$5.924,89</b>	<b>R\$10.795,52</b>				<b>R\$2.396,77</b>	<b>R\$5.270,37</b>	

## **ANEXO I**

# **RELATÓRIO TAXAS MÉDIAS BANCO CENTRAL**



**SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**  
Módulo público

Página  
Usuário público  
11/06/2022 18:30

[English](#)

[Consultar](#) | [Minhas listas de séries](#) | [Configurações](#) | [Ajuda](#) |

[Início](#) → [Consultar séries](#) → Resultado da consulta de valores

[SGSFW2302]

## Resultado da consulta de valores

O Banco Central do Brasil não assume nenhuma responsabilidade por defasagem, erro ou outra deficiência em informações prestadas em série temporal cujas fontes sejam externas a esta instituição, bem como por quaisquer perdas ou danos decorrentes de seu uso.

[Arquivo CSV](#)

### Parâmetros informados

#### Séries selecionadas

20746 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS

25468 - Taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS

#### Período

03/09/2019 a 03/09/2019

#### Função

Linear

Registros encontrados por série: **1**

**Lista de valores** (Formato numérico: Europeu - 123.456.789,00)

Data mês/AAAA	<b>20746</b> % a.a.	<b>25468</b> % a.m.
set/2019	23,24	1,76
<b>Fonte</b>	<b>BCB-DSTAT</b>	<b>BCB-DSTAT</b>

[Visualizar gráfico](#)

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 03/09/2019 a 09/09/2019

Modalidade: Pessoa física - Crédito pessoal consignado INSS

Tipo de encargo: Pré-fixado



		Taxas de juros	
Posição	Instituição	% a.m.	% a.a.
1	BANCO INTER	1,41	18,26
2	BCO CETELEM S.A.	1,44	18,68
3	CCB BRASIL S.A. - CFI	1,47	19,17
4	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,50	19,62
5	FINANC ALFA S.A. CFI	1,56	20,34
6	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,65	21,72
7	BCO BRADESCO S.A.	1,68	22,12
8	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	1,70	22,48
9	BCO BRADESCO FINANC. S.A.	1,73	22,87
10	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,74	22,97
11	BCO BMG S.A.	1,74	23,00
12	BCO DAYCOVAL S.A	1,76	23,29
13	BCO SAFRA S.A.	1,76	23,30
14	BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	1,78	23,57
15	PARANA BCO S.A.	1,79	23,67
16	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,81	23,96
17	BANCO SICOOB S.A.	1,81	24,00
18	BCO OLÉ CONSIGNADO S.A.	1,81	24,07
19	BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.	1,87	24,82
20	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,87	24,83
21	BANCO BARI S.A.	1,88	25,10
22	BCO DO BRASIL S.A.	1,91	25,54
23	BANCO PAN	1,95	26,08
24	CREDIARE CFI S.A.	1,98	26,53
25	BCO BANESTES S.A.	1,99	26,62
26	BCO AGIBANK S.A.	2,03	27,24
27	BCO DO EST. DE SE S.A.	2,03	27,24
28	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	2,03	27,29
29	GAZINCRED S.A. SCFI	2,04	27,44

30	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	2,05	27,50
31	BCO VOTORANTIM S.A.	2,06	27,68
32	BANCO DIGIO	2,07	27,83
33	BCO DA AMAZONIA S.A.	2,08	28,00
34	MERCANTIL BRASIL FIN S.A. CFI	2,09	28,10
35	FACTA S.A. CFI	2,11	28,50
36	VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CFI	2,12	28,61

